

Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico

Maria Aparecida Barbosa
FFLCH-USP

Este trabalho propõe-se a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. O estudo das estruturas e funções das unidades-padrão do plano cognitivo e do plano semiótico tem grande relevância, no âmbito das pesquisas lexicológicas, semânticas e terminológicas. São analisadas, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos constructos do primeiro nível – arquiconceito, metaconceito, metametaconceito, com vistas à proposição de uma tipologia de campos conceituais; de outro, são examinadas diferenças conceituais e metodológicas entre conceito e definição, como subsídios para a metodologia de configuração de traços semântico-conceptuais de um conceito.

This paper aims at analyzing important aspects of the conceptual, lexematical and terminological levels of the generative process of both encoding and decoding enunciation. The study of the structures and functions of the standard units from the cognitive and semiotic levels are of great relevance when it comes to lexicological, semiotic and terminological research. On the one hand, we analyze the structural and terminological complexities belonging to the constructs in the first level – the archi-concept, the meta-concept, the meta-meta-concept – in order to reach a proposition of a concept fields typology. On the other hand, we analyze conceptual and methodological differences between concept and definition as to propose subsidies to the configurative methodology of the semantic-conceptual trait of a concept.

Introdução

A articulação entre a semântica cognitiva e a semântica lingüística tornou-se um dos paradigmas das ciências da linguagem, em sua fase pós-moderna. Acreditamos, pois, da maior importância o desenvolvimento de modelos que possibilitem analisar e descrever o patamar da *cognição* e suas relações com o da *semiotização* lingüística, especificamente, neste artigo, com o da *terminologização* (BARBOSA, 1998a, p. 25-44).

Assim, nós nos propusemos, neste trabalho, a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. Analisamos, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos *constructos* do primeiro nível – *arquiconceito, metaconceito, metametaconceito*–; de outro, examinamos diferenças conceituais e metodológicas entre os processos de conceituar e de definir, de modo a obter subsídios, para uma metodologia de configuração dos traços semântico-conceituais de um *conceito*. Isso torna possível, ainda, a caracterização de diferentes tipos de contextos, discursos manifestados em que são engendrados *conceitos*, por distintos processos. Tais contextos constituem as principais fontes de que são extraídos os correspondentes traços semântico-conceituais. Com efeito, é na instância discursiva que se produz a *cognição* e a *semiose*, se instaura a *conceptualização* de um ‘fato’, se engendra um *conceito* e sua manifestação lingüística. É no discurso manifestado, pois, que se presentificam os traços conceituais, num procedimento de codificação; e é dele que se extraem, num procedimento de investigação, esses mesmos traços. O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo realizada pela autora. Dessa pesquisa, alguns primeiros resultados foram anteriormente publicados (BARBOSA, 1998a, 2000, 2001).

Conceptualização e percurso gerativo da enunciação

Os termos *conceituar* e *definir*, *conceito* e *definição*, não raras vezes, são indevidamente empregados, uns pelos outros e, até mesmo, considerados equivalentes. Essa equivalência não se justifica, pois são grandezas que têm qualidades conceituais específicas, constituindo, inclusive, unidades-padrão e processos de distintos níveis do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação (PAIS, 1993, p. 562-578).

De fato, esse percurso inicia-se com a percepção dos ‘fatos naturais’, que são substâncias estruturáveis, como informação potencial, para os homens, mas que se convertem em substâncias estruturadas, quando apreendidas pelos grupos lingüísticos e socioculturais, de diferentes maneiras, embora mantenham um núcleo de percepção biológica universal. Esse primeiro momento, da *percepção*, desencadeia um

segundo momento, o de início do processo de *conceptualização*, ou da passagem da *percepção* à *conceptualização*. Esta compreende, por sua vez, nesse estágio, três tipos de atributos semânticos: o das *latências*, em que os fatos observáveis têm os seus traços identificadores em estado potencial, como substâncias de conteúdo (HJELMSLEV, 1975, p. 53-64) estruturáveis, apreensíveis; o das *saliências*, em que certas características dos fatos se destacam por si mesmas, na semiótica natural; e o das *pregnâncias*, em que o *sujeito enunciador individual e/ou coletivo* seleciona e escolhe os traços que irão configurar o conceito que têm do fato em questão (POTTIER, 1992, p. 61-69). O terceiro momento, em que se conclui o processo de *conceptualização* (PAIS, 1993, p. 569-578), é o da produção dos modelos mentais, dos *conceptus* (RASTIER, 1991, p. 73-114), noções ou conjuntos noêmicos – traços semânticos conceptuais –, a que correspondem, por seu turno, os recortes culturais, os recortes construídos, em última análise, os *designata*.

Esses três momentos – da percepção, do início e do fim da conceptualização – constituem, assim, o próprio *percurso da cognição*, entendido como a apreensão e construção de uma ‘visão de mundo’.

Lexemização, atualização, semiose

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é, pois, o da *lexemização* e da *terminologização*, ou seja, corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, em que se deixa o nível *cognitivo*, para se passar ao nível semiótico propriamente dito. A *lexemização* é aqui entendida como “*la mise em lexème*”, e *terminologização* como “*la mise en terme*”, ou seja, a configuração do *conceito* em *grandeza-signo*, no próprio ato de instaurar a significação. Dessa forma, o metassistema conceptual, o mesmo para todas as semióticas-objeto de uma cultura, produz conjuntos de semas conceptuais que desempenham o papel de matrizes signícas, para os diferentes sistemas semióticos de uma mesma cultura, de uma macrossemiótica, em suma, por meio dos processos de *semiologização*, *lexemização*, *terminologização* e *semiotização*. Nessas condições, de acordo com Pais (1993, p. 188), os *conceptus* ou *lexes* devem ser considerados como *lexias* em potencial, configurando-se como ponto de partida do processo

de *lexemização* e de *terminologização*. Assim, o *metassistema lexemático*, ou *terminológico*, conjunto das lexias com suas expressões e conteúdos (*sobressememas* ou sememas polissêmicos), sua rede de relações, constituem instância de competência que precede e autoriza a *atualização* da lexia num discurso concretamente realizado.

Nesse quinto momento, da contextualização, tem-se um *epissemema* (simultaneamente, com a redução dos semas do sobressemema, ou seja, a seleção, determinada por uma situação de discurso e de enunciação, e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*.

Como se verifica, a grandeza *conceito* situa-se num nível pré-lingüístico, ou, mais exatamente, pré-semiótico de *designação*, podendo mesmo existir sem a respectiva *denominação*, já que se pode ter a percepção e o conhecimento de um fato, sem se possuir, ainda, a sua respectiva denominação. De fato, os *conceitos* mantêm diferentes tipos de relações com as *denominações*: há, como dissemos, *conceitos* sem *denominações*, há *conceitos* com apenas uma *denominação*, há *conceitos* com duas ou mais denominações, como também é possível que uma mesma *denominação* comporte dois ou mais *conceitos*. Cumpre observar, com Cabré (1993, p. 172), que a vertente formal da unidade terminológica recebe em terminologia o nome de *denominação* (e também o de *termo*) e que, ainda que o termo *termo* se preste propriamente para designar a unidade terminológica completa (o conjunto formado pela denominação e pelo conceito), também se utiliza como sinônimo de *denominação*. Esse ciclo prossegue, então, com o *fazer interpretativo* do *sujeito enunciatário*, a que se seguem a recuperação e a armazenagem da informação, que desencadeiam, por sua vez, um subsequente processo de *conceitualização*.

Conceituar e definir

Considerando esse percurso, Pottier (1981, p. 59) mostra a necessidade de, pelo menos, *quatro níveis de análise*: a) *nível referencial*, do mundo real ou imaginário (objetos, sonhos, memória do discurso de outrem, foto...); b) *nível conceptual*, de apreensão mental, da representação construída a partir do referencial, ao mesmo tempo tributária dos hábitos sociais e das necessidades criativas individuais;

c) *nível da língua natural*, da competência lingüística em seu conjunto;
d) *nível do texto* produzido, resultado de diversos componentes (lingüístico, cognitivo, contextual, situacional, intencional), em correlação possível com outros sistemas semióticos (gestos, proxêmica, ilustrações...). Nessa perspectiva, a *ontologia* é a disciplina que trata do primeiro nível, ou seja, dos 'objetos', de suas características, organização e rede no universo natural; a *conceptologia*, no âmbito da lógica, ocupa-se da natureza dos conceitos, de sua representação e das relações que se estabelecem entre eles; a *noêmica* se define, então, como o estudo dos elementos conceptuais e de suas relações, considerados como instrumentos necessários, para descrever o funcionamento da semântica de base das línguas naturais. Interessam-nos a *conceptologia* e a *noêmica*.

Uma vez definidos esses *níveis* de *codificação* e de *análise*, parece possível delimitar com maior rigor as grandezas *conceito/definição*, os processos de *conceituar/definir*. Se o *conceito*, como vimos, estabelece-se num nível pré-lingüístico, a *definição* resulta de uma análise e descrição de grandezas sígnicas, situando-se, pois, no nível semiótico, pelo menos no que diz respeito ao seu ponto de partida. Com efeito, o *conceito* é o resultado de uma *interpretação* de fatos naturais e/ou culturais, enquanto a *definição* é o resultado de uma interpretação de unidades lexicais. *Conceituar* é o processo de construção de um modelo mental que corresponde a um recorte cultural e, em seguida, de escolha/engendramento da estrutura léxica que pode manifestá-lo de maneira mais eficaz. Tal processo tem como ponto de partida o universo natural. *Definir* é o processo de analisar e descrever o *semema lingüístico*, para reconstruir o modelo mental: o seu ponto de partida é a estrutura lingüística manifestada.

É interessante ressaltar que o percurso gerativo é realizado não somente pelo sujeito enunciador que cria um vocábulo e/ou termo novo, mas também por esse sujeito, ao reutilizar vocábulos e/ou termos pré-existentes, em qualquer situação de atividade lingüística. A cada ato de fala, há uma reorganização do sistema lingüístico e do metassistema conceptual. Segundo Cabré (1993, p. 100), a maioria dos conceitos não tem fronteiras rigidamente estabelecidas, mas limites aproximados e difusos. Com a normalização, os conceitos passam a definir artificialmente seus limites. Configura-se, assim, o caráter instável e dinâmico do nível cognitivo, de forma que a estrutura do conhecimento pode mudar fundamentalmente por duas causas: seja porque aparece um novo eixo,

levando todos os *conceitos* anteriores a redefinir-se em função dessa nova dimensão; seja porque surge uma nova forma de ver as coisas, de sorte que os *conceitos* pré-existentes não mudam de eixo mas mudam de posição no seu eixo.

Observe-se que os atos de conceituar, ou de engendrar um discurso manifestado qualquer – são processos *onomasiológicos* – tomam como ponto de partida o *continuum* amorfo dos dados da experiência, passam pelo nível noêmico e chegam ao nível lexemático, que vai do fato ao nome, e cujo produto é a *denominação*. É o percurso do *fazer persuasivo* do *sujeito de enunciação de codificação*, desencadeado por quem fala, quem escreve. Esse sujeito de enunciação de codificação, tendo uma intenção de comunicação de determinado esquema lógico-conceptual, pode selecionar diferentes formas lingüísticas, suscetíveis de representá-lo, para engendrar o seu discurso enfim manifestado. Essa escolha integra o processo de modalização do discurso, enquanto competência e desempenho do *sujeito enunciador*. Desse percurso resultam: *conceitos*, seus representantes semiotizados – grandezas-signos – e, em etapas posterior, presentificados em discursos manifestados.

A organização dos patamares conceptual e lexical

É importante ressaltar que existem diferentes tipos de campos conceptuais e de campos lexicais, bem como diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os elementos do conjunto dos primeiros e os do conjunto dos últimos, e que há diferenças nocionais e estruturais entre campo conceptual, campo lexical, campo semântico e respectivas unidades-padrão: *conceito*, *lexemas/vocábulos/termos*, *sememas*.

Essa questão insere-se, como vimos nos itens anteriores, no modelo do percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação, pois cada um daqueles campos situa-se em diferentes patamares desse percurso: o campo conceptual, conjunto de *conceitos* é resultado do processo de *conceptualização* do ‘saber sobre o mundo’ – pré-lingüístico, pré-semiótico, trans-semiótico; o *campo lexical*, conjunto de *lexemas*, *lexias*, *vocábulos/termos* que têm um núcleo sêmico comum, resulta do processo de *lexemização* – conversão da informação conceptualizada em significação lingüística; o *campo semântico*, em uma de suas acepções, constitui um conjunto de *sememas* e resulta da

intersecção do significado das unidades lexicais de um *campo lexical*. As relações existentes entre os três campos não são simétricas, visto que um campo lexical pressupõe e contém necessariamente os seus correspondentes campo conceptual e campo semântico; entretanto, um campo conceptual pode não ter, ainda, os campos lexicais e semânticos que lhes corresponderiam. Constituem, pois, *constructos* não confundíveis, na medida em que pertencem a níveis de articulação e de análise distintos (BARBOSA, 1999, p. 29-52). Desses três tipos de campos, apresentaremos, aqui, apenas a organização do campo conceptual.

Estruturação do patamar conceptual

Um *conceito*, em sentido amplo, constitui, conforme expusemos acima, um ‘modelo mental’, *conceptus* (RASTIER, 1991, p. 73-114), dialeticamente articulado a um recorte cultural ou *designatum*. É um conjunto de traços semânticos conceptuais que, em nossa concepção, apresenta grande complexidade estrutural: um subconjunto de noemas (POTTIER, 1992, p. 61-69), biofísicos ou ‘universais’, *conceito stricto sensu*; um subconjunto de traços semânticos conceptuais ideológicos, culturais, *metaconceito*; um subconjunto de traços semânticos conceptuais ideológicos, intencionais, modalizadores, *metametaconceito*. Neste último, o noema [intenção] é o mais importante, por oposição ao [ideológico] do subconjunto anterior, não tão marcado como o [intencional]. Esses três subconjuntos formam o *conceito lato sensu* (BARBOSA, 2000, p. 95-120).

Campo conceptual como conjunto unitário

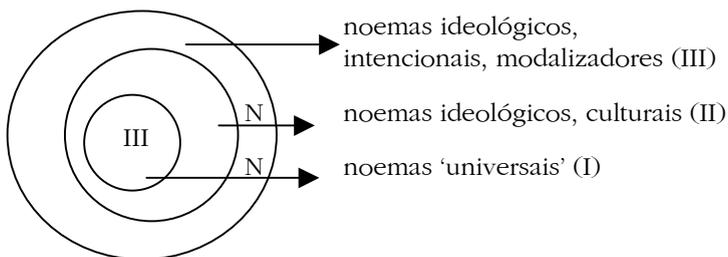


Figura 1: *Estrutura de 1 conceito*

Julgamos importante ressaltar que, ao engendrar-se um *conceito*, geram-se, simultânea e necessariamente, três outros *conceitos*: seu *contrário* e os *contraditórios* decorrentes, já que o raciocínio do homem funciona por oposições, dentre as quais, relações entre contrários e contraditórios.

Ao criar-se o *conceito* <<bem>>, por exemplo, simultaneamente engendra-se o seu contrário, <<mal>>, e seus respectivos contraditórios, <<~bem>> e <<~mal>>.

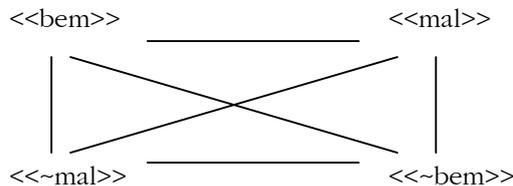


Figura 2: *Conceitos contrários e contraditórios*

Essas relações ‘necessárias’ e ‘não-eventuais’ nos autorizam a conceber o processo da *intertextualidade lato sensu* como iniciando-se já no patamar conceptual do percurso gerativo da enunciação, pois um *conceito* liga-se necessariamente a outro *conceito*, constituindo um microsistema conceptual.

Assim, um *conceito lato sensu* é um campo conceptual, já que implicitamente contém esses três outros *conceitos*. Chamaremos esse caso de *campo conceptual unitário pleno*, por oposição ao *campo conceptual unitário vazio* (\emptyset), que contém conceitos virtuais ainda não engendrados. Diferente a organização do *campo conceptual conjunto múltiplo*, que contém vários *conceitos lato sensu* explicitados, com núcleo sêmico comum, apresentando cada um deles, implicitamente, seus *conceitos contrários e contraditórios*.

Retomando o subconjunto de noemas ‘universais’, que aqui denominamos *conceito stricto sensu*, numa outra perspectiva – a da análise contrastiva, entre grupos socioculturais diferentes, e a da análise comparativa entre subgrupos de uma mesma cultura –, chegamos à noção de *arquiconceito*, resultante da neutralização da oposição existente entre concepções diferentes de um mesmo ‘fato’. O conjunto de traços semânticos conceptuais de natureza ‘universal’ corresponde a um *arquiconceito* (BÉJOINT; THOIRON, 1996, p. 512-526), já que

neutraliza as diferenças conceptuais entre línguas diferentes. Estaria relacionado o *arquiconceito* ao *protótipo* (DUBOIS, 1991) e à intersecção do *sentido recortado culturalmente* ou *formado* (HJELMSLEV, 1975: 53-64). Sustenta e viabiliza os processos de *tradutibilidade interlingüística e intersemiótica*.

Se compararmos o recorte conceptual de um ‘fato’ natural, de uma língua A e de uma língua B, diremos que os traços comuns constituem o seu *arquiconceito*, que denominaremos *arquiconceito*₁. Logo:

$$\text{arquiconceito}_1 \subset \text{conceito}_1 \text{ de língua A;}$$

$$\text{arquiconceito}_1 \subset \text{conceito}_1 \text{ de língua B.}$$

Segundo Béjoint e Thoiron,

l’archi-concept est vu ici comme une entité abstraite dont le statut, au plan philosophique, ne nous concerne pas. On reconnaîtra seulement que l’archi-concept est en correspondance dans les diverses cultures, avec divers concepts. Le degré de similitude entre concepts, dits ici homologues, n’est pas préjugé (i.e. ni sous-estimé ni décrété a priori): il peut être grand ou faible (...) ceci permet de reconstruire, pour chacune de ces langues, un embryon de concept. La réunion de ces ensembles embryonnaires de traits conceptuels constituerait l’embryon d’un archi-concept... (1996, p. 516-617).

A citação remete ao processo de passagem do sentido amorfo, ao sentido formado, estruturado (HJELMSLEV, 1975, p. 53-64), porém comum, *mutatis mutandis*.

Diríamos, pois, que o processo de conceptualização, como percurso, é muito mais complexo do que a passagem do ‘sentido amorfo’ para o ‘sentido formado’, tal como o explica Hjelmslev. Há etapas teóricas constitutivas do processo de conceptualização, entre um e outro. Na passagem do patamar da percepção ao da conceptualização, há, como vimos, três estágios de atributos semânticos: as *latências*, atributos semânticos possíveis dos ‘objetos’ e ‘processos’ da semiótica natural; as *saliências*, os atributos que se destacam, na estrutura, funcionamento e hierarquia dos ‘fatos naturais’ (“o perceber”); as *pregnâncias*, (“o conceber”), que, por sua vez, constituem o resultado da atividade do homem, das *escolhas* que faz na *apreensão* daqueles ‘fatos’ (PAIS, 1999, p. 13-50).

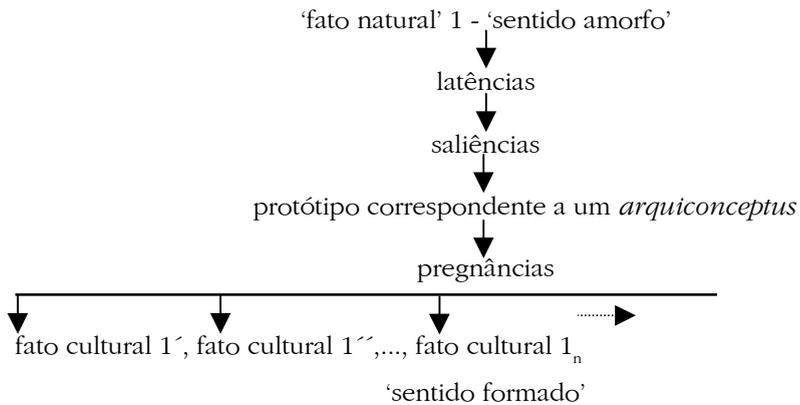


Figura 3: *Do fato natural ao fato cultural*

Assim, entre o sentido estruturável e o sentido estruturado, há a formação de um protótipo conceptual biofísico, núcleo noêmico comum a todas as culturas, que corresponderia ao *arquiconceito*, ou *conceito stricto sensu*, primeiro nível de “formação”, resultante das *latências* e *salências*. Entretanto, no processo de *pregnâncias*, começam a ficar visíveis os noemas culturais, específicos de cada cultura, correspondentes ao *metaconceito*, segundo nível de “formação”, e, no interior de uma mesma cultura, os discursos ‘políticos’ eufóricos ou disfóricos sobre o mesmo fato engendram o *metametaconceito*, subconjunto dos traços semântico-conceptuais modalizadores.

Parece-nos que a noção de *arquiconceito* é fundamental, quando da análise contrastiva de línguas e culturas e, também, no âmbito da mesma língua e cultura, no exame da *variação conceptual* do mesmo ‘fato’: assegura o rigor do estudo da variabilidade e das identidades conceptuais do mesmo ‘fato’, inter-culturas e inter-grupos. Cremos que essa noção de *arquiconceito* completa as formalizações já existentes, que descrevem as estruturas do patamar cognitivo. É de se ressaltar, ainda, o isomorfismo, ou identidade formal entre os processos de neutralização fonológica, morfológica, lexical, semântica, conceptual, mesmo textual e seus respectivos produtos: *arquifonema*, *arquimorfema*, *arquilexema*, *arquisssemema*, *arquiconceito*, *arquitexto*, este último (RASTIER, 2000, p. 445-470), resultado da neutralização das diferenças existentes entre textos implicados num processo de intertextualidade.

As reflexões acima nos autorizam a propor uma tipologia de campos conceptuais (BARBOSA, 2000, p. 95-120), segundo o critério do número

de elementos, da qualidade e quantidade de elementos que contêm: campo conceptual como conjunto unitário, campo conceptual como conjunto vazio, campo conceptual como conjunto múltiplo, este último, por sua vez, constitutivo de quatro tipos, o dos co-hipônimos da 'semiótica natural', o dos co-hipônimos culturais, o dos co-hipônimos modalizadores e o dos parassinônimos.

Um modelo de engendramento e estruturação de um conceito *lato sensu*: a formação conceptual de <<transgênico>>

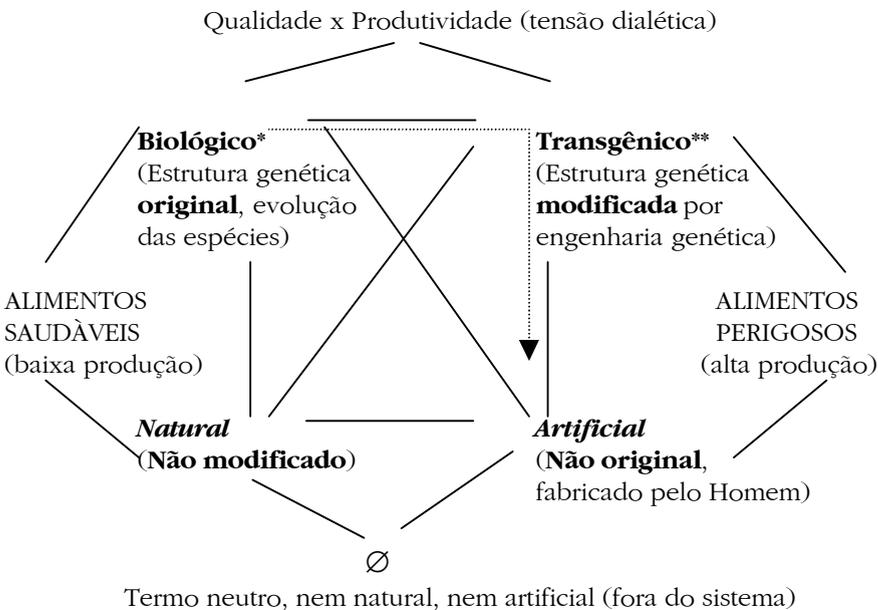
À guisa de ilustração, apresentamos a formação do *conceito* de *transgênico*, na cultura brasileira. *Transgênico* é um termo técnico de grande atualidade e, como adjetivo, serve para qualificar seres biológicos, modificados em sua estrutura genética, através de tecnologias desenvolvidas pela engenharia genética. No seu núcleo sêmico conceptual, temos os semas conceptuais [+ser vivo], [+biologia], [+genética], [+estrutural], [+engenharia], [+tecnologia], [+mutação]. Aplica-se preferencialmente à produção de alimentos. Os atributos semêmicos e semântico-conceptuais, nesse nível, configurariam a intersecção de todos os seres vivos e produtos *transgênicos*, no nível biológico e técnico, ou seja, o seu *arquiconceito*.

Contudo, essa inovação nas técnicas de produção e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo, desencadeou, em nível mundial, e, particularmente, em nosso país, ampla discussão. De um lado, temos os áulicos da 'modernidade', que defendem a produção e consumo de alimentos *transgênicos*, acentuando os semas conceptuais [+modernidade], [+produtividade], [+fatura], [-preço]. De outro lado, temos biólogos, médicos e ecologistas, dentre outros, que apontam possíveis perigos da inovação e que realçam, por seu lado, os semas [+ser vivo], [+biologia], [+alimento], [+natural], [+saúdavel], [+seguro], [+preservação], [+meio ambiente], [+tradição] dos produtos alimentícios naturais, correspondentes, no nível cognitivo, ao *metaconceito*.

A questão envolve problemas políticos, econômicos e sociais relevantes. Sucedem-se discursos favoráveis ou contrários, em tom sereno ou veemente, que compreendem semas conceptuais intencionais, modalizadores, manipulatórios, como, por exemplo, a oposição

[+modernidade] / [+preservação], [+lucro] / [+saúde pública], dentre outros, correspondentes, por sua vez, no nível cognitivo ou hiperprofundo aos conjuntos semântico-conceituais dos *metametaconceitos*.

Na análise dos discursos sobre essa temática, é possível detectar, no patamar da semântica profunda – do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação (PAIS, 1998, p. 271-311) – as tensões e conflitos em jogo, de modo a formaizar os microsistemas de valores subjacentes a esses discursos. Num modelo semiótico dialético, temos, em semântica profunda:



* BIOFATO ** BIOMANUFATO

Figura 4: Modelo semiótico das relações de oposição biológico x transgênico

Biológico implica *natural*, *transgênico* implica *artificial*. *Biológico* x *transgênico* coexistem e sustentam-se numa tensão dialética, na época atual. Um percurso dilético possível desse modelo semiótico seria: a partir do biológico, a engenharia genética cria um *transgênico*, que implica um *artificial*, *não-natural*. A combinação *biológico* x *natural* constitui a dêixis positiva *alimentos saudáveis*; a combinação *transgênico* x *artificial* constitui a dêixis negativa *alimentos perigosos*. Os percursos dialéticos através dos eixos dos contrários, contraditórios e subcontrários, assim

como seu ponto de partida, variam conforme as posições políticas e/ou ideológicas assumidas pelos sujeitos enunciadorems em seus discursos.

Assim, tomando por base as unidades léxicas, *designationes*, que se manifestam em seus discursos, os semas que integram seus sememas lingüísticos, torna-se possível reconstituir o percurso do nível cognitivo ao nível semiótico, ou, noutras palavras, a passagem da conceptualização à lexemização, do *conceito* à *denominação*. Temos, então, uma reconstrução do *conceito* <<transgênico>> e seus correspondentes *metaconceito* e *metametaconceito*.

Preliminarmente, retomamos o esquema inicial do *conceito lato sensu*, aplicando-o ao *conceito* <<transgênico>>:

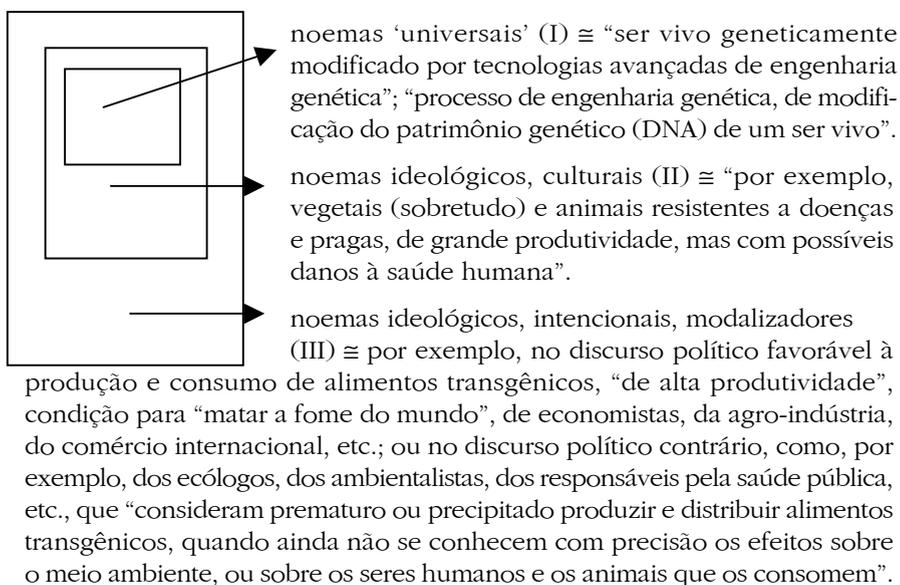
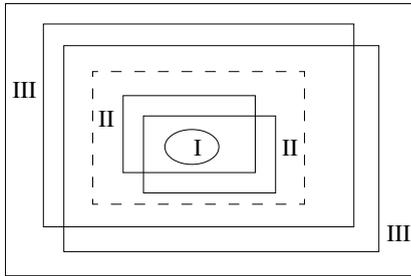


Figura 5: *Estrutura semântico-conceitual*

É possível aplicar o modelo geral acima apresentado ao *conceito lato sensu* <<transgênico>>, de modo a construir uma formalização mais rigorosa do *campo conceptual como conjunto unitário*: <<transgênico>>, apresentando sua estruturação e as relações que se estabelecem no interior do *conceito lato sensu* <<transgênico>> e os subconjuntos de traços semântico-conceptuais, ou seja, os *metaconceitos* e os *metametaconceitos* que o compõem. Temos, assim:

Campo conceptual como conjunto unitário: <<transgênico>>



onde:

Zonas de <i>consensos</i>	I = {[+biológico], [+estrutura genética], [+tecnologia], [+mutação]} ≅ <i>arquiconceito</i> <<transgênico>> ≅ conjunto de traços 'universais'
Zona do do embate	II = {[+tecnologia], [+avanço], [+produtividade], [+inovação], [+artificial]} ≅ <i>metaconceito</i> ≅ conjunto de traços ideológicos, culturais.
	III-1 = {[+modernidade], [+fartura], [+economia], [-preço], ≅ conjunto de traços intencionais, modalizadores (do discurso favorável), ≅ <i>metametaconceito</i> ₁
	III-2 = {[+riscos], [-preservação], [-meio ambiente], [-tradição], [-natural]} ≅ <i>metametaconceito</i> ≅ conjunto de traços intencionais, modalizadores, manipulatórios (do discurso contrário).

e onde: <<...>> = *conceito* e [...] = traço semântico conceptual

Figura 6: *Estrutura de um campo conceitual unitário*

Observemos que o subconjunto de traços semântico-conceptuais da Zona I, 'universais', definem o *arquiconceito* como um *consenso*, relativo a aspectos da semiótica natural e da modificação, pelo homem, da semiótica natural, um "saber sobre o mundo" compartilhado pela comunidade.

Da mesma forma, os subconjuntos de traços semântico-conceptuais, ideológicos, culturais, da Zona II, constitutivos do *metaconceito*, definem certos *consensos culturais*, outra faceta do "saber sobre o mundo" compartilhado pela mesma comunidade, mas diferentes de comunidade para comunidade.

Enfim, a Zona III se divide em dois subconjuntos de traços semântico-conceptuais, que constituem, respectivamente, o *metametaconceito*₁ e o *metametaconceito*₂, como conjuntos de traços intencionais, modalizadores, manipulatórios (dos discursos favorável e contrário).

Temos, então, a Zona III como *a zona do embate, do confronto*, particularmente no discurso político, mas também nos discursos científico, tecnológico, econômico, etc.

Retomando o modelo semiótico e o modelo conceptual acima construídos, podemos opor <<biológico>> (≅ “estrutura genética original, resultado da evolução das espécies”) e <<transgênico>> (≅ “estrutura genética modificada, por tecnologias da engenharia genética”), a que correspondem, respectivamente, os *conceitos* <<artificial>> e <<natural>> e os termos que os manifestam. O artigo publicado na *Gazeta Mercantil* (PEREIRA; ALISKI, 4/09/2000, p. A-12) ilustra a *zona de embate*:

O Governo tem pressa para esclarecer as dúvidas que envolvem os organismos geneticamente modificados. Para isso, promove encontros com a mídia especializada e realiza palestras sobre biossegurança. A iniciativa coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia busca dois objetivos: mostrar que o País tem uma legislação avançada sobre o assunto e que os técnicos brasileiros são capazes de distinguir o que faz bem à saúde do consumidor (...)

O governo brasileiro está convencido de que precisa passar urgentemente um rolo compressor nas dúvidas sobre os organismos geneticamente modificados (OGMs) no País. Começou a sua parte na semana passada. O Ministério da Ciência e Tecnologia armou um encontro entre o comando da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e profissionais de mídia e interessados na divulgação do tema transgênicos para ensinar a relevância do jornalismo científico no mundo moderno.

Juntou técnicos renomados, todos membros da CTNBio, para palestra sobre biossegurança. “Estamos plenamente conscientes da necessidade de incorporar a informação científica ao cotidiano de nossa população, utilizando os meios de comunicação coletiva, impressos ou eletrônicos”, disse Esper Cavalheiro, secretário de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia, representante do ministro da pasta, Ronaldo Sardenberg, na abertura do encontro. A discussão sobre biossegurança envolve, há quase uma década, três corporações: cientistas, investidores e consumidores. Elas aparecem na composição da CTNBio, criada pelo governo em 1995. A maioria é cientista – por princípio, defensores da pesquisa. São ligados ao governo pelo cordão umbilical de institutos de pesquisa e universidades estaduais e federais. Os representantes das gigantes Novartis e Monsanto, presentes na CTNBio, carregam posições óbvias. O maior esforço da equipe nesta ofensiva de divulgação dos transgênicos é para firmar duas coisas: que o País tem legislação avançada neste assunto e que os técnicos brasileiros têm capacidade profissional para discernir sobre o que faz e o que não faz mal à saúde do consumidor. Os consumidores, a parte que ainda falta ser convencida, contam com

dois representantes: uma funcionária pública do governo do Pará e um advogado do Mato Grosso do Sul. Na próxima semana, o Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia volta ao tema, numa parceria com a Fundação Konrad Adenauer, de São Paulo. Serão dois dias, 14 e 15, de debates sobre desenvolvimento e ética na biotecnologia. Enquanto isso, vem sendo adiada a divulgação da portaria de regulamentação da rotulagem de produtos com OGMs.

Quanto ao tipo de relação que se estabelece entre *alimentos naturais* x *alimentos transgênicos*, podemos dizer que são *co-hipônimos da semiótica natural e cultural*:

Alimentos naturais x *alimentos transgênicos* como *co-hipônimos da semiótica natural e cultural*:

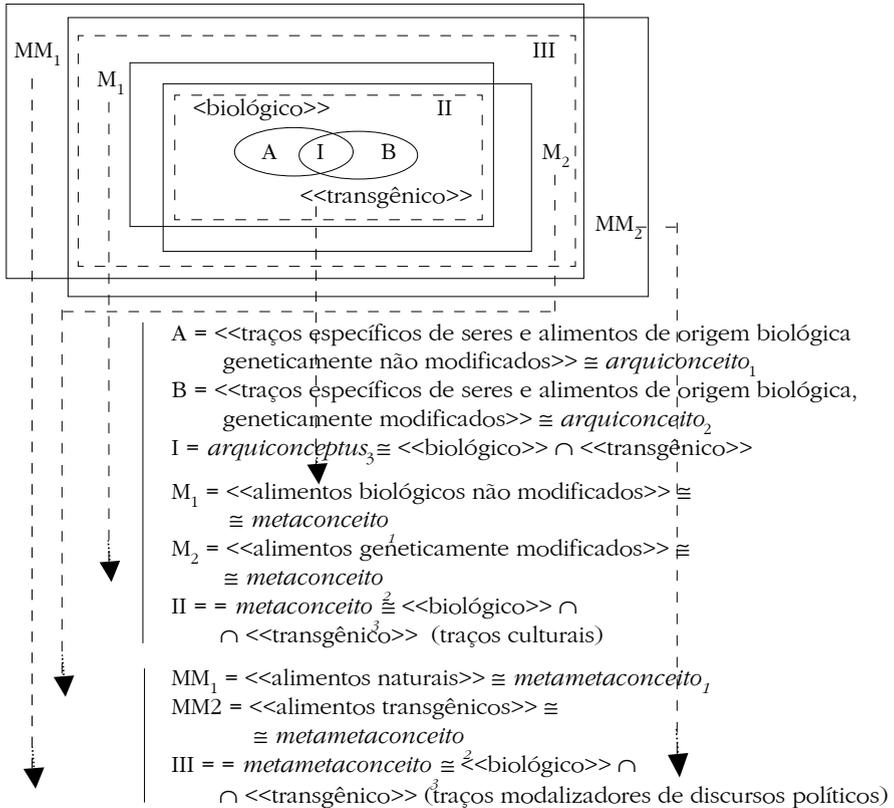


Figura 7: *Alimentos naturais* x *alimentos transgênicos*: *arquiconceito*, *metaconceito*, *metametaconceito*

Ou, se preferirmos, de maneira mais específica, a formalização abaixo, que apresenta uma amostra não exaustiva mas, apenas, ilustrativa dos traços semântico-conceptuais extraídos de discursos favoráveis ou contrários aos alimentos transgênicos:

Conceptus lato sensu:

Conceptus₁ – alimentos biológicos naturais

Conceptus₂ – alimentos transgênicos

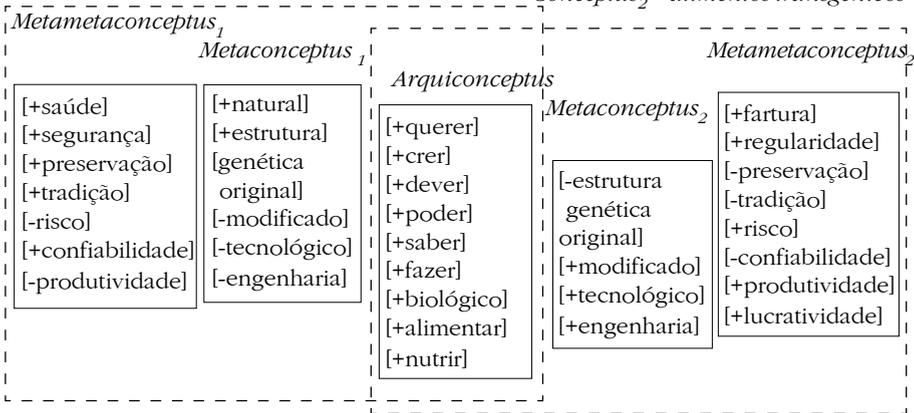


Figura 8: <<biológico>> x <<transgênico>>, no nível da semântica cognitiva

O termo *in statu nascendi*

É de se ressaltar que não somente se tem uma configuração conceptual cada vez mais nítida e precisa de <<transgênico>>, correspondente ao termo *transgênico*, como também começa a se constituir um *campo lexical/terminológico* progressivamente mais rico em unidades lexicais. No momento, cabe citar *seres transgênicos*, *organismos geneticamente modificados*, a sigla *OGMs*, dentre outros, que surgem como parassinônimos nessa linguagem de especialidade (BARBOSA, 1998b, p. 385-405).

A transposição de conceitos/termos de uma para outra língua especializada

Os sistemas de significação verbais e não-verbais são *pancrônicos* por natureza, uma vez que acompanham a dinâmica dos processos sociais e culturais, de que são geradores e reflexo. As abordagens *diacrônica*, *sincrônica* e *pancrônica*, quando de sua análise e descrição, variam conforme as diferentes correntes e concepções de língua que se sucederam no processo histórico das ciências da linguagem.

Na lingüística pós-moderna, em que predomina a concepção de língua como instituição cultural, social, histórica e como atividade cognitiva (PAIS, 1999), a abordagem predominante é a da pancronia ampla.

Aplicando-se esse princípio às linguas especializadas (LERAT, 1995) e à Terminologia, a ciência que as tem como objeto de estudo, justifica-se a análise e descrição da intensa e incessante dinâmica de transposição dos conceitos e respectivos termos, de uma área de especialidade para outra (*metaterminologização*), dessas para a língua comum (*vocabularização*) e, numa direção contrária, da língua geral para as linguagens de especialidade (*terminologização*) (BARBOSA, 1998), na busca da caracterização de processos de *transposição*, sua dimensão semântica e pragmática, no registro, enfim, da *pancronia do objeto*. Pode afirmar-se, mesmo, que a *pancronia do objeto*, claramente perceptível, conduziu, em nosso tempo, à *pancronia de abordagem*.

No item anterior, mostramos um campo terminológico *in statu nascendi*. Vamos considerar, aqui, à guisa de exemplificação, uma *transpositio in praesentia*. Verifica-se a transposição de *conceito*, de semas conceptuais, de *termos*, em pleno ato de passagem de uma área para outra: exemplo vivo da instauração de um isomorfismo (a mesma forma projetada em substâncias diferentes) entre campos “A EMPRESA TRANSGÊNICA”.

Projeto genoma corporativo

DEPOIS DE DECIFRADO O CÓDIGO GENÉTICO humano, tem gente por aí querendo entender o genoma empresarial. Trata-se do empresário Láercio Cosentino, presidente da Microsiga, maior empresa brasileira de software. Cosentino está lançando um livro – escrito a seis mãos com seus colegas Ernesto Haberkorn e Fernando Cícero da Silva – no qual explica como a Microsiga, criada em 1983, chegou aonde chegou. Segredo: seus genes.

Os seres humanos têm 32000 genes. As plantas, 25000. E uma empresa? Segundo Cosentino, 20. Eles estão listados, no quadro ao lado. “Todos são essenciais para que uma organização seja bem-sucedida em suas ações”, diz Cosentino. “O genoma empresarial pode ser usado para que uma companhia, ao longo de sua existência, consiga diferenciar-se da concorrência “A regra seria tentar utilizar o maior número de genes, o tempo todo. “Nossa experiência provou que usar só alguns genes isoladamente não é garantia de sucesso”, afirma Cosentino.

Os executivos da Microsiga não só definem e divulgam os genes como medem sua utilização – em outras palavras, calculam o que chamam

de genoma empresarial. Ele pode ser usado de maneira pontual, para um projeto específico, ou para mensurar a carga genética de toda a corporação. Isso não envolve cálculos complicados - a metodologia, na verdade, é bastante simples. O mais difícil é obter as informações corretas e ter acesso ao que realmente acontece na organização para poder fazer as contas.

Imagine que você queira calcular a carga genética de um determinado projeto. O primeiro passo é definir quais genes serão usados. “É claro que o ideal é utilizar o maior número possível de genes”, diz Cosentino. “Mas nem todos serão usados sempre. O gene do pensamento global pode ser desnecessário no desenvolvimento de um processo local, por exemplo.” Um projeto do qual façam parte os 20 genes que constituem a teoria terá uma carga genética de uso igual a 100%.

DNA

Os genes empresariais, segundo a teoria dos executivos da Microsiga. Combinados, eles garantiriam o sucesso de um negócio.

1. Gene da percepção e da visão	11. Gene da versatilidade
2. Gene da observação e da análise	12. Gene da ousadia
3. Gene da liderança	13. Gene do foco
4. Gene do dinamismo e da execução	14. Gene da habilidade
5. Gene da decisão	15. Gene do relacionamento
6. Gene da oportunidade	16. Gene do espírito de equipe
7. Gene do pioneirismo	17. Gene do respeito à vida e à comunidade
8. Gene da competitividade	18. Gene da disseminação do conhecimento
9. Gene do pensamento global	19. Gene da qualidade de vida, produtos e serviços
10. Gene do pensamento regional	20. Gene da inovação

O segundo passo é calcular sua real utilização – a carga genética de sucesso. Depois que o projeto foi concluído, verifica-se quais genes foram realmente usados e quais não serviram para nada. Voltando ao exemplo hipotético do ponto anterior: se 18 genes foram usados com eficácia a carga genética de sucesso do projeto foi de 90%.

Com base em análises como essa, a empresa pode agrupar e comparar os resultados de vários projetos para obter a carga genética média de um determinado período. “Assim é possível” avaliar o perfil genético de todos os projetos da empresa diz Cosentino. Comparações mensais e anuais também podem ser feitas, com o objetivo de avaliar o sucesso na utilização dos genes a longo prazo.

Assim como a biotecnologia pode alterar o material genético de uma pessoa, o genoma empresarial também pode ser mudado. “É possível

incluir ou excluir determinado gene ou provocar mutações no decorrer de sua utilização”, diz Cosentino. “Essas manipulações permitem mudar completamente o destino de uma empresa.” Permitem mesmo? Eis uma resposta difícil. Não dá para não dizer que existe algo de óbvio na teoria de Cosentino e seus colegas. Liderança, pioneirismo ou foco, entre outros conceitos, são fundamentais para o desempenho de qualquer negócio – sejam eles chamados de genes, valores, diferenciais competitivos ou chuchus. A questão, em qualquer organização, é colocar essas coisas em prática. Cosentino afirma que, pelo menos na Microsiga, foi justamente essa a grande contribuição na nova teoria genômica”. (HERZOG, 2001).

Esse e outros exemplos similares reafirmam a natureza multifuncional de *conceitos*, *campos conceituais*, *campos lexicais*, *campos terminológicos*, pois essa dinâmica autoriza a afirmar que esses elementos *não são*, no sentido filosófico do termo, mas *estão em função de* (= relação de dependência); o universo de discurso em que se inserem determina o seu estatuto semântico, sintático e funcional, em cada caso.

Proposta de percurso metodológico, para a construção de um conceito

Analisando os contextos que sustentam e manifestam essa complexa formação – neste caso, contextos constituídos de textos de especialistas e da mídia –, de que se extraem os traços conceituais, formadores de um *conceito*, verifica-se que alguns desses contextos privilegiam o *conceito stricto sensu*, outros, o *metaconceito* e, outros ainda, o *metametaconceito*.

Propomos, a seguir, um modelo de ficha conceptual-terminológica que possibilita a descrição e análise desses três níveis de *construção de um conceito*.

Ficha Conceptual-Terminológica

Pesquisadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa (USP)

ENTRADA Nº TERMO		Categoria gramatical		Formação vernácula		Formação alogênica			
FONTE		CONTEXTO					VOCÁBULOS/TERMOS		
ANÁLISE SEMÂNTICO-CONCEPTUAL									
SEMA 01	02	03	04	05	06	07	08	09	
NATUREZA DOS SEMAS CONCEPTUAIS FORMADORES		DE <i>CONCEPTUS STRICTO SENSU</i>							
		DE <i>METACONCEPTUS</i>							
		DE <i>METACONCEPTUS</i>							

Figura 9: *Ficha conceptual-terminológica*

Essa ficha conceptual-terminológica permite-nos, como dissemos, o registro dos contextos em que os caracterizadores conceptuais de um termo se apresentam. Permite, ainda, identificar o conjunto dos traços semântico-conceptuais (cf. figura 8), distinguindo os formadores do *conceito stricto sensu*, ou do *metaconceito* ou do *metametaconceito*, relacionando-os, enfim, aos vocábulos/termos que os manifestam.

Assim, por exemplo, no contexto

O Governo tem pressa para esclarecer as dúvidas que envolvem os organismos geneticamente modificados (...) O governo brasileiro está

convencido de que precisa passar urgentemente um rolo compressor nas dúvidas sobre os organismos geneticamente modificados (OGMs) no País” (PEREIRA; ALISKI, 2000, 04/09/2000, p. A-12),

ênfatiza-se o *conceito stricto sensu*.

Já os contextos

Americanos aceitam bem os transgênicos. Pesquisa realizada no início de outubro pela GMA – Grocery Manufacturers of America (Manufaturadores de Alimentos da América) mostra que os americanos não vêm a biotecnologia como fonte de preocupação e que não mudaram seus hábitos alimentares após a introdução de alimentos originários de plantas geneticamente modificadas no mercado. Além disso, a pesquisa também mostra que a maioria dos americanos acredita que a biotecnologia é um meio de melhorar as práticas agrícolas e a qualidade dos alimentos (*Correio do Estado*, 25/10/2000, p. 6-A). Parece claro, no entanto, que em muitos países o aumento da produtividade acontecerá com o auxílio de recursos biotecnológicos, com a tecnologia de modificação genética (ou tecnologia GM) (Informativo do Instituto de Estudos Avançados, outubro-novembro 2000, p. 1),

acentuam o *metaconceito*.

Entretanto, no contexto

Em maio de 1999, quando os pesquisadores de uma universidade americana anunciaram que larvas de borboletas monarcas haviam morrido após se alimentarem de pólen de milho transgênico, isto é, geneticamente modificado (GM) (...) a notícia causou alvoroço. Grupos ambientalistas logo afirmaram, como em um folheto do Greenpeace, que “organismos geneticamente modificados podem desequilibrar ecossistemas naturais e ameaçar a saúde humana”. O Grupo Friends of the Earth preveniu, com alarde: “Existe um risco real de que as fazendas se transformem em território estéril para a vida selvagem (HARRIS, out. 2000, p. 105-105),

focaliza-se o *metametaconceito*.

Quanto ao conjunto pleno dos traços semântico-conceptuais, veja-se a figura 7.

Importa observar que a configuração do *conceito lato sensu* é um processo anterior ao processo da definição. Constitui ele sua própria forma de conteúdo. Noutras palavras, o *conceito*, conjunto ordenado de traços conceptuais, está contido na *definição*, mas nela adequa-se à estrutura sintático-semântica, sua forma de conteúdo e expressão, requerida por esse tipo de discurso parafrástico, em que os traços

conceptuais são organizados em forma de frase, ou seja, manifestados como *metatermos*. Ressalte-se, ainda, que, num dicionário terminológico, os dois subconjuntos ideológicos, o do metaconceito e o do metametaconceito, talvez devam aparecer em notas explicativas, campo previsto na microestrutura dos verbetes de um dicionário terminológico.

A formação do conceito em discursos de diferentes naturezas

Como dissemos no item anterior, examinados os contextos que sustentam e manifestam a complexa formação do *conceito*, no caso do discurso técnico-científico, contextos constituídos de textos de especialistas e da mídia –, de que se extraem os traços conceptuais, formadores de tal *conceito*, ou no caso do discurso literário, ou, ainda, no caso de diferentes discursos sociais não-literários, verifica-se que alguns desses contextos privilegiam o *conceito stricto sensu*, outros, o *metaconceito* e, outros, enfim, o *metametaconceito*, sempre numa relação dialética de presentificação dos traços já existentes no sistema e a incorporação de novos traços decorrentes das circunstâncias específicas da enunciação e do enunciado em causa.

Com efeito, em cada universo de discurso o *processo de engendramento do conceito* tem aspectos bastante específicos, que requereriam um exame minucioso, já que esse *processo*, ao lado de outras *marcas*, pode ser um caracterizador importante de universos de discurso, como classes de discurso, ou de discursos manifestados. Desse modo, o *processo* de neles enfatizar ou o *conceito stricto sensu*, ou o *metaconceito*, ou o *metametaconceito*, bem como o *processo de criação* desses subconjuntos conceptuais, nesses universos, ao longo do percurso realizado pelo enunciador do discurso em questão, nas etapas da enunciação – da cognição à semiose –, constituem diferenciadores relevantes de cada um deles. Apenas esses dois aspectos serão aqui considerados, pois o exame exaustivo de todas as marcas dos universos de discurso escaparia aos limites deste artigo.

Antes, porém, parece-nos necessário retomar, neste momento, a concepção de universo de discurso tal como formalizada por Pais:

Tomando-se a noção matemática de universo, como “conjunto de todas as partes”, torna-se possível elaborar uma concepção muito útil, o

metamodelo de universo de discurso. Assim, este pode ser definido como um conjunto não-finito ou que tende ad infinitum, de todos os discursos manifestados que apresentam determinadas características e constantes, assim como determinadas coerções, suscetíveis de configurar uma norma. (...) A norma discursiva que lhe corresponde, definida por tais características comuns e constantes, bem como por tais coerções, configura, portanto, um conjunto de critérios de equivalência, pelos quais é lícito reunir diferentes discursos manifestados, discursos-ocorrências, numa classe de equivalência discursiva, o universo de discurso considerado (...) semelhante norma de universo de discurso compreende, na verdade, uma série de normas frásticas, lexicais, sintáticas, semântico-sintáticas e, por vezes, fonético-fonológicas, e outras tantas normas transfrásticas, narrativas e discursivas. Relativas à argumentação, à veridicção, à verossimilhança ou à eficácia e às relações entre estas, às concernentes aos mecanismos de persuasão/interpretação, de manipulação e contramanipulação, a formulações específicas das relações enunciado/enunciação, das relações inter-subjetivas e espaço-temporais, como, ainda, as que dizem respeito às modalidades e às modalizações discursivas dominantes, ou às que estariam, em princípio, excluídas, e, enfim, aos processos de produção e sustentação de ideologia próprios aos diferentes universos de discurso (PAIS, 1984, p. 44-45).

A essas normas acrescentam-se os dois *processos* acima apontados, ou seja, as normas que se referem, respectivamente, ao *processo de criação do conceito*, *modus operandi* conceptual (A), instância do discurso em atualização, e ao *processo de seleção das pregnâncias*, na construção do *conceito lato sensu*, que se concluem, como *produto*, no discurso realizado (B), não só em discursos técnico-científicos, como também nos discursos literários e em distintos discursos sociais não-literários.

Vale a pena lembrar as palavras de Greimas, no tocante à organização dos discursos figurativos e não figurativos:

O rápido progresso de nossos conhecimentos sobre a organização dos discursos figurativos (folclore, mitologia, literatura) suscitou esperanças quanto à possibilidade de uma classificação e de uma regulamentação das formas narrativas que dessem lugar a uma gramática e a uma lógica narrativas (...) Reconheceu-se, em seguida, a impossibilidade de construir gramática discursiva que não desse conta, também, dos discursos não figurativos – ou que assim o parecem –, que são os discursos desenvolvidos no vasto domínio das “humanidades”, que desconhecesse os discursos que desenvolvemos nós mesmos em ciências do homem (GREIMAS, 1976, p. 3).

Quanto ao processo de construção de um conceito, *modus operandi* conceptual (A), cabe ressaltar, antes de mais nada, que esse processo pode ser “vertical” – do “fato” para o patamar cognitivo –, ou pode ser desencadeado nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o autor vai pouco a pouco construindo, no seu texto, um *conceito* qualquer. No segundo processo, a combinatória das palavras-ocorrência vai paulatinamente configurando o recorte conceptual que o autor tem de um ‘fato’. De outro ângulo, tem-se o percurso que toma como ponto de partida o discurso manifestado, para chegar novamente ao nível conceptual, que caracteriza *o fazer interpretativo do sujeito enunciatário*, ou, noutras palavras, um *processo semasiológico*, do signo para o *conceito*, realizado por quem ouve ou quem lê; qualifica-se, assim também, o percurso lexicográfico-terminográfico, como processo que parte da manifestação do nível lexemático, com as seleções, restrições e combinatórias sêmicas estabelecidas em discurso, para, num *metadiscurso* igualmente configurado como *fazer interpretativo*, articular semas representados por *metatermos lexemáticos*, operação de que resulta a *definição*.

Ainda na perspectiva do processo (A), deve-se observar que a construção do *conceito* assume características semânticas, sintáticas, semióticas, pragmáticas diversas, se ocorre nas linguagens de especialidade ou nos discursos literários e/ou em outros discursos sociais não-literários: o modo de engendramento de um *conceito* está, pois, *em função do universo de discurso*.

Assinalemos, aqui, uma diferença relevante: no discurso científico, sujeito e anti-sujeito correspondem freqüentemente a interlocutores; no discurso literário, sujeito e anti-sujeito são instalados no texto pelo autor. No discurso científico/tecnológico, o engendramento de um *conceito* geralmente se dá em relações intertextuais/interdiscursivas de vários pesquisadores, simultaneamente à formulação da teoria que o contém; no discurso literário, uma obra pode ser auto-suficiente, no engendramento de um *conceito*, numa intertextualidade intra e interdiscursiva. No discurso técnico-científico, teórico e/ou prático, assim como no discurso literário, o engendramento do conceito é sintagmático, narrativo, transfrástico; no discurso terminológico, é eminentemente paradigmático, como processo e produto final, embora resulte de extrações de contextos de natureza transfrástica.

Quanto ao processo de enunciação, é preciso considerar o papel actancial de Sujeito enunciador. No discurso técnico-científico, converte-se num ator individual e/ou coletivo, que sustenta, de toda maneira, a ‘visão de mundo’, os recortes culturais da comunidade científica e da área de especialidade em causa; no discurso literário, temos, via de regra, um Sujeito enunciador que se converte, nas estruturas discursivas, em um ator (o autor, por exemplo, ou seu pseudônimo, ou um ator delegado, etc.); no discurso jornalístico e no discurso político, ainda que se manifeste um ator, esse remete ao papel actancial de um sujeito enunciador coletivo, na medida que deve representar aspirações, expectativas, exigências de um partido político, de uma classe social, de um grupo profissional.

Entretanto, nas relações que se estabelecem entre o *conceito*, no nível semântico-cognitivo, a *tematização* e a *figurativização*, no nível semiótico, como também no próprio processo de enunciação, residem, quanto ao processo (A), as principais diferenças entre universos de discurso. De maneira geral, um *conceito* é convertido, no percurso gerativo da enunciação, em *temas*, abstratos, e em *figuras* que dão ‘corpo’, ‘espessura’ à idéia, acentuando seu efeito de sentido de veridicção ou verossimilhança, entendendo-se por tema a semiotização do conceito, por tematização, o processo de construção de idéias abstratas e, por figurativização, o processo de corporificação dessas idéias. Daí resultam as isotopias temáticas e as isotopias figurativas, como processos de redundância sêmica. Nessas condições, um discurso filosófico, por exemplo, *tende* a ser mais abstrato, com maior incidência de isotopias temáticas; um texto literário *tende* a ser mais figurativo, com grande abundância de isotopias figurativas, embora tais distinções jamais sejam excludentes. Noutras palavras, são efetuados *recortes distintos*, tomando como ponto de partida *conceitos lato sensu*, ‘modelos mentais’. Nos discursos político, jornalístico, publicitário, a (re)elaboração de um conceito, no nível semântico-cognitivo, resulta de um trabalho de equipe, na medida que busca captar e/ou reconstruir o imaginário coletivo da sociedade ou de um segmento social. O sujeito enunciador do discurso político, por exemplo, geralmente não fala em seu próprio nome, mas em nome das diretrizes partidárias e dos interesses que esse partido procura defender. Desse modo, o *processo de cognição*, de contínua reconstrução do ‘saber sobre o mundo’, assume características

específicas, visto que se acha intimamente relacionado ao processo de ‘formulação do mundo’, de construção da ‘visão do mundo’ desse grupo, como é o caso, por exemplo, do mundo semioticamente construído pelos grupos políticos que defendem os interesses dos grandes proprietários rurais. Da mesma forma, distingue-se o engendramento do *conceito* de *medo*, quando tratado num discurso científico como o da clínica médica, ou quando é processado numa tragédia, no teatro.

Assim, também, se pode tomar como pontos de partida, na conceptualização, os *conceitos* de *amor*; *morte*, *felicidade/infelicidade*, *possibilidade/impossibilidade* e conduzir à sua conversão em tema, no nível semiótico, chegando a “amor impossível”. Desse ângulo, é legítimo relacionar *Romeu e Julieta* e *Orfeu Negro*. No entanto, diferenciam-se claramente, no que tange à figurativização, à espacialização, à temporalização, nas estruturas discursivas. Isso nos autoriza a propor o esquema:

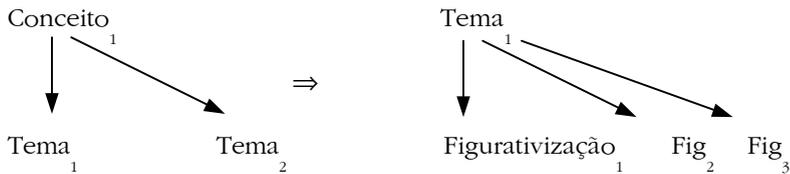


Figura 10: *Do conceito e sua semiotização*

Isso significa que, no percurso que vai da conceptualização à semiotização, houve uma *seleção* de traços semântico-conceptuais e o correspondente recorte do recorte cultural pré-existente, *em função* das *constantes* e *coerções* características de universos de discurso. Noutros termos, as *pregnâncias* são redirecionadas.

Essa dominância de alguns elementos do *conceito* sobre outros constitui uma ‘escolha’ do Sujeito enunciativo no processo de enunciação. Um dos aspectos que caracteriza a especificidade da cognição, em diferentes universos de discurso, são as distintas *pregnâncias* de um mesmo ‘fato’: cada universo de discurso apreende e reelabora certos traços semântico-conceptuais, deixando outros traços latentes. Conseqüentemente, o *conceito* vai ser tematizado e figurativizado, no nível semiótico, de acordo com as *pregnâncias* do Sujeito enunciativo.

Quanto aos subconjuntos conceptuais suscetíveis de ênfase nos diferentes discursos, processo (B), diríamos que o discurso técnico-

científico *tende a* privilegiar o *conceptus stricto sensu* – subconjunto dos traços que servem à conceptualização da semiótica natural – e, ainda, nos discursos que circulam na comunidade científica internacional, o *arquiconceptus*, multilíngüe e multicultural. O discurso literário *tende a* dar ênfase ao *metaconceptus* – subconjunto dos traços semântico-conceptuais culturais, produzindo, simultaneamente, uma modificação do recorte cultural, própria de uma reconstrução particular do mundo semioticamente construído. Os discursos político e jornalístico *tendem a* destacar o *metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios, em busca de *eficácia* discursiva. Esquemáticamente:

Universo de Discurso	<i>Modus operandi</i> conceptual	Tendência à dominância de subconjuntos conceptuais
Discurso terminológico	eminentemente paradigmático	<i>conceptus stricto sensu</i> <i>arquiconceptus</i>
Discurso técnico-científico	paradigmático-sintagmático	<i>conceptus stricto sensu</i> <i>arquiconceptus</i>
Discurso literário	eminentemente sintagmático	<i>metaconceptus</i>
Outros Discursos sociais não-literários	eminentemente sintagmático	<i>metametaconceptus</i>

Figura 11: *Tendências de conceptualização*

Semiotização e contextualização do conceito

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é o da *lexemização*, que corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, *função semiótica* e/ou *funções metassemióticas*, ou seja, à passagem do nível cognitivo para o nível semiótico, à configuração do conceito em significação, precedente à sua atualização num discurso concretamente realizado.

Impõem-se, aqui, algumas observações. No processo de conversão do *conceito lato sensu* em unidade lexical, os três subconjuntos do primeiro – *arquiconceptus*, *metaconceptus*, *metametaconceptus* –, transformados em semas lingüísticos, passam a constituir o *semema* dessa unidade lexical, o qual, em nível de sistema, caracteriza-se como *polissêmico* e, muitas vezes, *polissemêmico*, ou seja, o *sobressemema*,

não só por conter os traços semânticos dos três subconjuntos citados, mas também por conter, eventualmente, traços semânticos de outros *conceitos lato sensu*. É o caso, por exemplo, da unidade lexical *peça*, considerada em nível de sistema.

Por outro lado, um *conceito* pode ser representado, nessa instância de semiotização, por uma ou várias unidades lexicais, respectivamente, campos lexicais unitário ou múltiplo, num mesmo texto ou em textos distintos.

De outro ângulo, uma unidade lexical pode integrar vários campos lexicais, em nível de sistema e de discurso, em função dos recortes que sustenta e da rede de relações que se estabelecem entre conceitos afins, nos diferentes universos de discurso. Assim, por exemplo, *liberdade* pertence a um campo semântico do discurso político, na expressão *liberdade, igualdade, fraternidade* e pertence ao discurso publicitário na expressão “*você tem mais liberdade usando o cartão de crédito x...*”. No primeiro caso, liga-se aos conceitos de ideal de democracia e Estado de Direito, no segundo caso, ao conceito de poder aquisitivo.

Observemos, ainda, que esses processos se realizam com qualquer tipo de unidades lexicais – simples, compostas, complexas, textuais –, que, nesse nível de sistema, integram a *instância de competência* que precede e autoriza a sua atualização num discurso manifestado.

No processo de contextualização, tem-se um *epissemema* (simultaneamente, com a redução dos semas do *sobressemema*, ou seja, a seleção determinada por uma situação de discurso e de enunciação, e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*. Nesse nível, as unidades lexicais do discurso manifestado que representam o mesmo *conceito lato sensu* podem ocorrer como função semiótica, ou como metassemiótica *lato sensu*.

É imprescindível não confundir mas distinguir, com toda a clareza, de um lado, as relações que se estabelecem entre subconjuntos de traços semântico-conceptuais do *conceito lato sensu*, que se situam no *nível semântico-cognitivo, relações intra e interconceptuais*, e, de outro lado, as *relações de significação*, que se estabelecem, por sua vez, no *nível semiótico*, entre *denotação* (*grandeza-signo*, ERC), *conotação* (*metáfora, metonímia*, (ERC)RC) e *metassemiótica propriamente dita*, ER(ERC)).

Creemos não ser demais repetir que o *signo-ocorrência* pode atualizar um ou outro subconjunto, ou mesmo os três subconjuntos do *conceptus lato sensu*, sem estar em função *conotativa* ou *metassemiótica*

propriamente dita. Aqui a relação que se estabelece é entre conceito-signo. Já os *signos-ocorrência* podem estar em *função denotativa*, *conotativa*, *metasemiótica*, no que se refere aos signos que lhes serviram de base. Nesse caso, a relação que estabelece é entre signo-signo, entre função semiótica-função semiótica.

Assim, por exemplo, *ciência* e *competência* têm um significado, como *vocábulos*, na linguagem banal, são *termos* em epistemologia e *metatermos* no octógono semiótico elaborado por Pais (1993, p. 617).

Conclusão

Constatamos a diversidade organizacional do *conceito*, com seus sucessivos conjuntos de traços caracterizadores – dos biológicos aos ideológicos –, bem como a existência do processo de neutralização, também no plano conceptual, de que resulta o *arquiconceito*. Pudemos construir modelos que permitissem a descrição da estrutura dos *campos conceptuais unitário e múltiplo*, de seus respectivos *arquiconceitos*, *metaconceitos* e *metametaconceitos*, numa perspectiva mono e plurilíngüe. Pudemos, também, propor metodologia de engendramento de conceitos no domínio terminológico. O modelo foi aplicado à análise da formação do *conceito* correspondente ao termo *transgênico*, apresentando resultados bastante satisfatórios. Mostramos não só a configuração conceptual, cada vez mais nítida e precisa, de *transgênico*, como também o seu respectivo campo terminológico, *in statu nascendi*. Mostramos, ainda, numa abordagem pancrônica, a *transposição* do *conceito/termo*, dá área de biotecnologia para a área da administração empresarial, a fim de ressaltar a natureza multifuncional de *conceitos*, *campos conceptuais*, *campos lexicais*, *campos terminológicos*.

Observamos, também, aspectos relevantes concernentes ao *modus operandi* conceptual e ao direcionamento das pregnâncias, como possíveis caracterizadores, dentre outros, de linguagens de especialidade, de discursos literários e de discursos sociais não-literários.

Bibliografia

BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta Semiotica et Linguistica*. São Paulo, v.7, p. 25-44, 1998a.

BARBOSA, Maria Aparecida. Paradigmas de criatividade léxica. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du CEMIA*. Lyon, Département de Langues Romanes de l'Université Lumière Lyon 2, p. 385-405, 1998b.

BARBOSA, Maria Aparecida. Campo conceptual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista Brasileira de Lingüística*. São Paulo, v. 10, p. 29-52, 1999.

BARBOSA, Maria Aparecida. Estruturas e tipologia dos campos conceptuais, campos semânticos e campos lexicais. *Acta Semiotica et Linguistica*. São Paulo, v. 8, p. 95-120, 2000.

BARBOSA, Maria Aparecida. A construção do *conceito* nos discursos técnico-científicos, nos discursos literários e nos discursos sociais não literários. *Revista Brasileira de Lingüística*. São Paulo, v. 11, p. 31-60, 2001.

BÉJOINT, Henri; THOIRON, Phillippe et al. Notion d' "archi-concept" et dénomination. *Meta. Journal des Traducteurs*. Montréal, Presses de l'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empuries, 1993.

EDITORIAL Americanos aceitam bem os transgênicos. *Correio do Estado*, Campo Grande: 6-A, 25/10/2000.

EDITORIAL Recomendações sobre os transgênicos. *Informativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. São Paulo, ano XII, p. 1, outubro/novembro 2000.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: DIFEL-SBPL, 1976.

HARRIS, J.P. O que você deve saber sobre os transgênicos. *Seleções*. Rio, The Reader's Digest, p. 101-105, outubro de 2000.

HERZOG, Ana Luiza. A Empresa Transgênica. Projeto Genoma Corporativo. *Revista Exame*. São Paulo: Ed. Abril, p. 125 e 126, 16 de maio de 2001.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LERAT, Pierre. *Les langues spécialisées*. Paris: P.U.F., 1995.

PAIS, Cidmar Teodoro. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista Brasileira de Lingüística*. São Paulo, v. 7, p. 43-65, 1984.

PAIS, Cidmar Teodoro. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris/Lille: Université de Paris-IV, ANRT, 1993.

PAIS, Cidmar Teodoro. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du C.E.M.I.A.* Lyon, Université Lumière Lyon 2, p. 271-311, 1998.

PAIS, Cidmar Teodoro. Semântica cognitiva, noêmica, semântica lexical e semiótica das culturas. SILVA, Dinorá Fraga da; VIEIRA, Renata (Org). *Ciências cognitivas em semiótica e comunicação*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, p. 13-50, 1999.

PEREIRA, P.; ALISKI, A. Campanha para promover os transgênicos. In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo, p. A-12, 04/09/2000.

POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse en linguistique*. 2 éd. Paris: Hachette, 1991.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: P.U.F., 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: P.U.F, 1991.

RASTIER, François. Para uma poética generalizada. Trad. C. T. Pais. *Acta semiótica et linguística*. São Paulo, v. 8, p. 445-470, 2000.